

PLANO SEMESTRAL/MINUTA - APRESENTAÇÃO

Esta proposta de exposição do Plano Semestral procura hierarquizar um conceito estratégico de administração e os diversos planos táticos que serão implementados no segundo semestre de 1989. A proposta considera, entretanto, que este conceito ainda não existe, e está a exigir um grande esforço teórico e político. O conceito perseguido, na verdade, não é algo fechado, que se possa algum dia dar por concluído. É mais um entendimento do papel estratégico que a Administração Popular deve cumprir, numa conjuntura que é extremamente instável.

O inventário de realizações, aqui apresentado, tem mais uma limitação: fica a meio caminho entre um documento público para divulgar as iniciativas da Administração Popular e um documento interno que oriente os esforços políticos e operacionais. Os dois documentos devem ser produzidos, e esta proposta pretende constituir uma base de acúmulo para sua produção. Portanto, é necessário desenvolvermos, tanto para uso interno como externo - com formas diferenciadas - uma referência que dê conta da amplitude das ações da Administração Popular e outra que destaque as realizações que terão caráter prioritário.

O núcleo do Plano Semestral consiste nos 7 pontos, já amplamente discutidos. A estes, devem ser agregadas outras realizações, que enriqueçam as possibilidades de repercussão e de incidência sobre a cidade. Também é necessário destacar a necessidade de adotarmos formas especiais para desenvolver as realizações, de modo a que estas realizações "falem" adequadamente sobre o Projeto da Administração Popular, no que este se diferencia do projeto de outros governos simplesmente "honestos". O elenco aqui reunido - de realizações que estão em andamento e outras idéias ainda sem discussão final - pode fornecer alternativas.

Nos próximos meses, a Administração será arrastada para o palco de um intensa disputa política. Sem demagogia, e de forma coerente com a postura séria e austera que adotou desde o primeiro dia de governo, a Administração Popular deve armar-se, agora, de respostas e iniciativas. O Plano Semestral deve apresentar estas respostas e programar as iniciativas. Só uma ação coordenada das Secretarias e órgãos, entretanto, pode produzir resultados satisfatórios. Do mesmo modo, só uma ação coordenada da Administração com os partidos, o movimento popular e sindical e os diversos setores da sociedade civil, podem levar o plano ao sucesso.

A produção dos documentos - interno e externo - que vão referenciar as ações de governo, neste segundo semestre, adquire especial significação, pois estes serão os instrumentos que vão coesionar a equipe e mediar a relação da Administração Popular com o funcionalismo, os partidos, o movimento social e os setores da sociedade civil.

A COMISSÃO, Porto Alegre, 7/7/89.

PLANO SEMESTRAL/MINUTA

A SITUAÇÃO ENCONTRADA

A Frente Popular foi vitoriosa nas eleições de 15 de novembro último, comprometendo-se com a população a mudar a cidade. E empenhou-se no cumprimento desta promessa, desde o primeiro dia. Desde logo, verificou-se que essas mudanças eram obra para um governo todo. Sem perder o ânimo, lentamente, algumas mudanças começaram a ser implementadas e começaram a ser reunidos os meios e as condições para levar adiante mudanças ainda maiores. Administrar com absoluta austeridade e seriedade, foram um começo decisivo. Hoje, não existem funcionários fantasmas, não existem mordomias, não existe qualquer uso pessoal ou partidário da máquina administrativa, apesar de atravessarmos um período eleitoral. Mas apenas "ser sério" não basta. É necessário dar qualidade e tornar produtivo o serviço público. É necessário ter recursos. Vale a pena, por isso, lembrar algumas das dificuldades encontradas.

A Administração Popular recebeu a Prefeitura em péssimo estado. Os funcionários haviam sofrido um dos maiores arrochos salariais da história. A maioria dos serviços prestados à população estava quase parada. O parque de caminhões e máquinas pesadas estava com 70% dos veículos estragados. Não havia estoque de materiais para manutenção da infra-estrutura urbana como, por exemplo, lâmpadas e tampas de bueiros. A prática corrente era a contratação de serviços de terceiros - a altos preços - para realizar serviços que a própria Prefeitura poderia executar. Carros oficiais eram utilizados em uso pessoal. Os serviços de fiscalização estavam desorganizados e a Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), só para citar um exemplo, não tinha sequer as planilhas com os horários dos ônibus.

Enfim, a Administração Popular encontrou terra arrasada pelo governo anterior que, como poucos, usou politicamente a máquina administrativa e negligenciou os interesses da população.

O esforço inicial da Administração Popular foi no sentido de reorganizar administrativamente, recuperar a capacidade de prestar serviços à população e reerguer a dignidade e a respeitabilidade do governo. As dificuldades se agravaram com o novo plano de carreira do funcionalismo que o governo anterior enviou à Câmara no final de dezembro. Esse plano, respondia aos justos anseios do funcionalismo municipal, que havia sofrido um violento arrocho salarial. Mas deixava a Prefeitura numa situação difícil. Enquanto durante todo o governo passado a média anual de despesa com a folha foi de 62% do total da receita, de Janeiro a abril de 1989, os gastos com pessoal ficaram na média de 98%. E até o final do ano a situação pode se agravar com os reajustes que, por lei, são bimestrais. O governo anterior, que desprezou e

desrespeitou o funcionalismo, assim deixou uma bomba de efeito retardado, com a finalidade de prejudicar a Administração Popular.

OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS

A deterioração do serviço público no Brasil, entretanto, tem raízes na política econômica adotada principalmente após o golpe de 1964. Os serviços públicos e as empresas estatais firmaram-se como sustentáculo para a ampliação do setor privado, fornecendo matérias-primas, insumos em geral e tecnologias e também constituindo-se no seu principal comprador interno.

Os serviços públicos foram orientados para fomentar e sustentar o crescimento dos grupos econômicos nacionais e internacionais, deixando em segundo plano as necessidades básicas da maioria da população. A administração das prefeituras municipais reflete este contexto.

O modelo de desenvolvimento capitalista, intensificado a partir de 1964, gerou uma lógica de desenvolvimento urbano que asfixiou os municípios, acelerando a concentração da população nas cidades e, simultaneamente, restringindo recursos.

Por um lado, o acelerado processo de industrialização se somou a uma política agrícola voltada, em grande parte, para o mercado externo, baseado-se na monocultura e promovendo uma intensa concentração fundiária. A industrialização combinada com o êxodo rural promoveu intenso e caótico crescimento populacional nos centros urbanos, determinando ao poder público e, de forma especial, às Prefeituras, uma demanda cada vez mais elevada de serviços públicos como transporte, vias públicas, saneamento básico, saúde, educação e outros.

Por outro lado, a concentração do poder político, principalmente a partir dos governos militares, acentuaram o recolhimento e a centralização de Tributos na esfera federal, reduzindo drasticamente a capacidade dos estados e especialmente dos municípios.

O resultado é consequência direta dessa política: cidades com grande parcela da população marginalizada, prefeituras municipais carentes de recursos e incapaz de prestar os serviços exigidos pela população. O crescimento desordenado das cidades agrediu o ambiente natural, proliferou a insegurança e a violência. E a especulação fundiária e imobiliária, encontraram um terreno fértil na atuação do poder público municipal:

A nova Constituição, hoje em vias de regulamentação, foi incapaz de resolver estas contradições. Ao contrário, a municipalização dos serviços de saúde, habitação e ensino, sem a correspondente redistribuição das verbas, tenderá a agravar este quadro.

No orçamento dos municípios predomina um desequilíbrio entre receita e a despesa, com o predomínio de uma tendência de queda da arrecadação fiscal, cujo efeito se agrava com uma inflação elevada. O sistema tributário é distorcido e os maiores detentores de rendas, proporcionalmente, acabam pagando menos impostos do que no passado o que, por si só, consiste em mais um fator de agravamento da concentração da renda.

O INÍCIO DAS MUDANÇAS

Mesmo com as dificuldades conjunturais e estruturais encontradas, os compromissos com a população levaram a que a Administração Popular enfrentasse os problemas com firmeza. Um deles, sem dúvida, foi a crise dos transportes. Com a população coagida pelos empresários de ônibus, que ameaçavam parar no dia 16 de fevereiro, caso não houvesse imediato aumento das passagens, a Prefeitura decretou intervenção em três empresas de ônibus (Sopal, Trevo e Sudeste) que foi depois estendida a outras três (Viação Teresópolis Cavalhada, Nortran e São João).

A intervenção provocou fortes reações, com uma onda de sabotagens, quebra de ônibus e boicotes de toda espécie. A população sofreu muito com a reação violenta das empresas. Mas, lentamente, a Prefeitura começa a colocá-las em ordem. Hoje, muitas linhas já tem um serviço bem melhor do que antes. E embora a totalidade das mudanças só seja sentida ao longo de mais alguns meses, o principal objetivo das intervenções foi atingido: mesmo precariamente, foi garantido o serviço, os empresários de ônibus pararam de mandar na cidade, e começou-se a recolher as informações reais necessárias ao cálculo de uma tarifa justa. Também descobriu-se que o dinheiro das passagens, que deveria ser aplicado na renovação da frota e na melhoria dos serviços, estava sendo desviado para interesses particulares. Com essas informações, a Prefeitura vai garantir uma tarifa justa e obrigar as empresas a renovar a frota e prestar um serviço de melhor qualidade, como a população exige.

AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

Outra decisão importante foi a implantação do segundo turno nas escolas públicas municipais. Uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal da Educação (SMED) demonstrou que havia pelo menos 40 mil crianças sem escola e sem atendimento do estado ou do município. O período da tarde dos CIEMs passou a ser utilizado para um aumento do número de vagas que subiram de 18 mil para 30 mil crianças que passaram a ser atendidas pelo sistema municipal de ensino. Sem prejudicar a alimentação das crianças que frequentavam o período da tarde, conseguiu-se ampliar em 66% o número de crianças atendidas. E começou-se a desmanchar um mito: as crianças que passavam o dia inteiro na escola tinham um índice de reprovação maior do que as crianças que passavam só um turno. Na Escola Dolores Alcaraz Caldas, que

é de um turno - citando como exemplo duas escolas da Restinga - registrou-se 82% de aprovação, em 1988. No mesmo ano, na Escola Municipal Zarry José Ribeiro Alves, que é de turno integral, registrou-se apenas 57% de aprovação. Foi iniciada uma revolução no ensino municipal, acabando-se a demagogia e dando consequência a uma preocupação que se volta não só para a quantidade das crianças atendidas mas, principalmente, para a qualidade do ensino.

A INVERSAO DE PRIORIDADES

A Administração Popular, desse modo, começou a inverter prioridades e mudar a lógica de atuação da Prefeitura. Nos primeiros seis meses, teve pouco a exhibir nas ruas, a não ser o esforço para manter a infra-estrutura. O grande resultado foi nos bastidores, foi um grande esforço de reorganização e recuperação da capacidade de prestar serviços.

As imensas dificuldades financeiras continuarão durante todo o ano. Mais já foi possível juntar um saldo de caixa e retomar com mais intensidade alguns serviços. Três milhões de cruzados estão destinados para serem aplicados nesses serviços de emergência. Mas, além disso, já é possível começar a mostrar que a Administração Popular vai mesmo transformar Porto Alegre, num porto que seja alegre para todos.

O Plano Semestral, que aqui é apresentado, mostra alguns destaques do quê e do porquê a Administração Popular vai fazer ainda este ano. É apenas o começo de uma grande mudança da cidade. Uma mudança que começa a surgir da seriedade e do compromisso da Administração Popular, reafirmado nas centenas de reuniões que as secretarias e órgãos realizaram com a população de todos os setores nos primeiros meses. A coragem de mudar se alia à vontade da população. Por isso, nada deterá essas mudanças.

1. EXERCÍCIO CIDADANIA - A CIDADE É DE TODOS

=====

A cidade deve superar as condições desumanas e iniciar um processo de reorganização para que todos vivam, participem e usufruam dela. O direito de ser, em toda a plenitude, um cidadão de Porto Alegre, hoje é restrito a uma minoria... O respeito a direitos e deveres, o acesso aos serviços públicos e a participação na vida cultural e política da cidade são imprescindíveis para transformar um indivíduo num cidadão.

1. AFIRMAÇÃO DO RESPEITO AOS DIREITOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS

O respeito aos direitos, coletivos e individuais, são uma consequência direta da cidadania. Só é cidadão quem tem direitos, reconhecidos e respeitados. A Administração Popular se empenhará no reconhecimento e na defesa desses direitos, desenvolvendo as seguintes realizações:

* REALIZAÇÃO EFETIVA:

- Ampla assistência jurídica gratuita (convênio com UFRGS, PUC e OAB) com ênfase na defesa em relação à violência institucional e marginal.
- Montagem de equipes especiais (uniformizadas e com viaturas para fiscalização) do cumprimento da legislação municipal com ênfase em atividades econômicas, meio-ambiente, preservação da infra-estrutura e obras).
- Montagem de equipes, que atuarão junto às autoridades policiais, de defesa dos direitos da mulher, idosos, menores e negros.
- Desburocratizar e agilizar a expedição dos alvarás de localização que passarão a ser concedidos pela SMIC no prazo de 48 horas. [SMIC]
- Agilizar o andamento dos processos acumulados há três anos para expedição da "carta de habitação" pela SMOV e realizar vistorias em 50% dos sete mil processos acumulados há três anos (os 50% restantes serão vistoriados no 1º semestre de 1990). [SMOV]
- Efetuar um censo de todas as atividades industriais, comerciais, rurais e de serviços, para traçar um perfil real da cidade e examinar a regularidade dessas atividades em relação ao Plano Diretor e fornecer bases para as políticas de atuação da Administração Popular. [SMIC]

2. AFIRMAÇÃO DOS DEVERES INERENTES A CIDADANIA

O exercício da cidadania, e os direitos decorrentes, envolvem também o cumprimento de deveres, o respeito ao direito de outros cidadãos e do espaço de convívio público. Acabar com a ideologia do "Vale Tudo" é uma meta política da Administração. Os cidadãos devem reconhecer e cumprir seus

deveres.

* REALIZAÇÃO EFETIVA:

- Realização de ampla campanha de educação popular para a conservação e valorização da infra-estrutura, do meio ambiente e da limpeza pública.

3. ACESSO E USUFRUTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Os serviços públicos devem estar disponíveis para todos os cidadãos. Recuperar a capacidade de prestar esses serviços, ampliá-los para que todos possam deles usufruir e zelar pela sua qualidade é um compromisso da Administração Popular com os cidadãos de Porto Alegre. Mesmo com a atual limitação dos recursos que a Prefeitura dispõe, serão desenvolvidas as seguintes realizações:

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Iluminação):

- Recuperação dos dez mil pontos de luz apagados em Porto Alegre.
- Instalação de dois mil novos pontos de iluminação em logradouros de 87 vilas e bairros. [SMOV]

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Pavimentação):

- Recuperação da usina de asfalto, produção de 5 mil toneladas por mês de concreto asfáltico e extração de 5 mil metros cúbicos por mês de saibro, para obras na cidade. [SMOV]
- Conclusão de nove logradouros executados através de "Planos Comunitários", acumulados desde 1988. [SMOV]
- Pavimentação das avenidas Antônio de Carvalho e Protásio Alves, com recursos do Programa BIRD IV, em 180 dias, com início condicionado pela liberação dos recursos pela EBTU. [SMOV]

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Esgotos Pluviais):

- Execução de pequenas obras em pontos críticos de Porto Alegre (áreas de alagamento) como: Ruas Comunitárias (Campo da Tuca), Murá (Guarujá), Manajó e Bororó (Assunção). [DEP]
- Instalação de placas de alerta em locais sujeitos a alagamentos cuja solução dependa de obras que exijam recursos que hoje não estão disponíveis.

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Limpeza Pública):

- Reativação da usina de reciclagem de lixo localizada na zona sul. [DMLU]
- Implantação de projeto piloto, através de contrato com empresa francesa, para coleta de lixo com *containers* (grandes recipientes) no bairro Anchieta. [DMLU]

- Adoção de aterro sanitário para a destinação do material inerte resultante do beneficiamento do lixo.
- Construção de incineradores municipais para dar o destino ao lixo hospitalar.

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Habitação):

- Conclusão de obras em andamento num total de 3.720 unidades habitacionais:
 - a) Loteamentos Cabriúva (220 lotes), Figueira (320 lotes) e Vila Tronco (2.500 lotes);
 - b) Condomínio Juca Batista (40 casas);
 - c) Conjunto Guapuruvu (640 apartamentos).
- Início de obras já com recursos aprovados pela Caixa Econômica Federal; num total de 2.511 unidades habitacionais:
 - a) Loteamento Vila Nossa Senhora de Fátima (1.500 lotes), Vila Jardim Camaquã (138 lotes), Vila 12 de Maio (230 lotes);
 - b) Vila Nova Santa Rita (230 casas), Programa Filam IV (413 casas).
- Início das obras de projetos que esperam liberação de recursos da Caixa Econômica Federal, prevista para o segundo semestre de 1989, num total de 6.774 unidades habitacionais:
 - a) Núcleo Esperança (609 casas);
 - b) Vila Unid. Vic. - V.N.R. (1920 apartamentos e 850 casas);
 - c) Chácara da Fumaça (1.152 apartamentos e 318 casas);
 - d) Passo das Pedras II (1.190 apartamentos e 735 casas);
- Projetos com recursos do SEHAC a serem alocados como aditivos para término de obras no semestre, totalizando 1.790 unidades habitacionais:
 - a) Casas: Vila Tronco (148), Chácara da Fumaça (380), Dutra/Jardim (75), Castelo (148), Figueira (242), Vila da Amizade (50), Santa Helena (36);
 - b) Recuperação de 931 unidades habitacionais (casas): Vila Tronco (148), Chácara da Fumaça (380), Dutra/Jardim (75), Figueira (242), Vila da Amizade (50), Santa Helena (36).
- Prosseguimento ao Programa de Regularização de vilas e conjuntos do DEMHAB, beneficiando uma vila e um conjunto por mês, até o final do ano.

* AFIRMAÇÃO DA VONTADE POLÍTICA (Habitação):

- Retorno da aplicação do FGTS em habitação popular e descentralização dos recursos, sob controle dos municípios e fiscalização popular.

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Educação):

- Implantação do Programa de Hortas Escolares, SMIC em conjunto com a SMED e SMAM. [SMIC]
- Programa de revisão da proposta pedagógica e reciclagem dos profissionais de educação da Rede Municipal de Ensino, a partir da definição do papel político da educação para as classes escolares, no conjunto das transformações sociais. [SMED]
- Definição da recuperação e ampliação da rede escolar, buscando ação conjunta com o Governo do Estado, para superar o déficit de atendimento.

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Abastecimento de água e saneamento):

- [Informações não enviadas.]

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Transportes):

- [Metas para a reestruturação do transporte coletivo na capital, informações não enviadas.]

* REALIZAÇÃO EFETIVA (Atendimento ao Público):

- Montagem de equipes especiais (uniformizadas e com viaturas) para triagem de problemas e serviços e para pronto atendimento de reparos de emergência na infra-estrutura.
- Funcionamento do serviço de atendimento ao público, Fone 156, em tempo integral (24 horas por dia) e com prazo de resposta de, no máximo, uma semana.

4. ACESSO A CULTURA E AO LAZER

Os cidadãos de Porto Alegre devem viver a cidade não apenas para o trabalho, mas também para o lazer e o aprimoramento cultural. A Administração Popular entende que o acesso a atividades artísticas e culturais e a oportunidades de lazer constitui um direito inalienável dos cidadãos:

* REALIZAÇÃO EFETIVA:

- Ativação planejada dos Centros Sociais Urbanos, conforme uma política cultural.
- Licitação de espaços para instalação de 5 Centros Municipais de Cultura e Lazer embaixo de viadutos.
- Realizar Seminário "Porto Alegre Ano 2.000.
- Desenvolvimento de Oficinas de Cultura nos bairros periféricos: Música no CECOBÍ, Dança no CECORES, Artes Plásticas no CEPRIMA, no CECOFLOR, no CECOPLAN e no Sindicato dos Metalúrgicos. [SMC]

- Realização do I Encontro do Movimento Negro em Porto Alegre. [SMC]
- Recuperação das salas de espetáculos do Município (Teatro Renascença, Sala Álvaro Moreira, Teatro de Câmara, Teatro da Epatur). [SMC]
- Realização do Circuito Popular de Cinema. [SMC]
- Realização de cursos, encontros, debates e seminários sobre temas políticos e literários da atualidade. [SMC]
- Realização do I Canto Ecológico, Festival de Música e manifestações artísticas realizada às margens do Rio Guaíba. [EPATUR]

* AFIRMAÇÃO DA VONTADE POLÍTICA:

- Grande mobilização para conseguir recursos para a recuperação e cobertura do Auditório Araújo Vianna.

5. REALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

Fazer com que seja efetiva a participação popular no debate dos "Negócios de Estado", na esfera municipal, e buscar um planejamento participativo, são objetivos da Administração Popular. A democracia tem que ser muito mais do que um adjetivo na nossa Porto Alegre: tem que ser um novo modo dos cidadãos viverem a cidade.

* REALIZAÇÃO EFETIVA:

- Discussão pública do orçamento de 1990.

* AFIRMAÇÃO DA VONTADE POLÍTICA:

- Estímulo à constituição dos Conselhos Populares.
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de participação popular e das formas de consulta e controle, bem como da democratização do poder público municipal através da descentralização e de facilidades de acesso à máquina administrativa.

6. ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Saber ler e escrever e ter noção das quatro operações matemáticas são requisitos indispensáveis para os homens e as mulheres do povo se constituírem como cidadãos. É inadmissível que, às vésperas do século XXI, existam 150 mil analfabetos em Porto Alegre. A gigantesca tarefa de superar esse atraso desumano exige a mobilização de todos os setores da sociedade. O problema se agrava com o conflito de responsabilidades entre os governos Federal, Estadual e Municipal. A Administração Popular quer que todos os setores assumam uma parcela de responsabilidade diante do problema e, no segundo semestre de 1989, vai esforçar-se para montar um ambicioso plano para em três anos - 1990 a 1992 -, junto com os governos Federal e Estadual, igrejas, movimento popular e sindical e setores da sociedade civil, vencer o

desafio de erradicar o analfabetismo em nossa Porto Alegre.

* AFIRMAÇÃO DA VONTADE POLÍTICA:

- Lançamento da idéia, mobilização da sociedade, busca de recursos e produção de plano para erradicação do analfabetismo em Porto Alegre.

7. PLANEJAMENTO DO ESPAÇO URBANO P/ O EXERCÍCIO DA CIDADANIA (PRIORIDADE PARA O CENTRO)

A cidade deve ser reorganizada para que seus habitantes sejam verdadeiramente cidadãos. Iniciaremos esse esforço pelo Centro da cidade, local para onde a maioria da população converge, e que não é só um cartão de visitas, mas um espaço onde a maioria convive cotidianamente. O Centro de Porto Alegre será um laboratório para a experimentação dessa idéia: como fazer uma cidade mais humana, que seja acolhedora e estimule o convívio democrático dos cidadãos.

* REALIZAÇÃO EFETIVA:

- Concurso nacional "Novo Centro para Porto Alegre".
- Renovação das calçadas e padronização do espaço.
- Amplo programa de prevenção anti-incêndio.
- Instalação de banheiros.
- Criação de sistema de lavagem do Centro.
- Instalação de equipamentos culturais, de convívio e lazer.
- Iluminação especial.
- Humanização da atuação da Brigada no esquema especial de segurança.
- Estímulo ao embelezamento de prédios (pintura, colocação de folhagens, etc.).
- Informação e sinalização turística.
- Ordenamento do comércio.
- Recuperação do Viaduto Otávio Rocha. [EPATUR]
- Construção de novas bancas para floristas na Borges e Otávio Rocha. [EPATUR]

8. AFIRMAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

A Prefeitura, como Poder Público Municipal, deve ser fortalecida institucionalmente e recuperar a sua dignidade e respeitabilidade. A absoluta seriedade, austeridade e transparência na gestão do município é um caminho para essa recuperação. Um novo modo de viver a cidade decorrerá, também, do estímulo aos espaços e os equipamentos de uso público. Acabar com o "Vale Tudo" na cidade, disciplinar o uso dos espaços e equipamentos públicos - sem deixar de enfrentar os dramas sociais e humanos que levam ao uso desordenado dos meios públicos - assim como arrecadar adequadamente os impostos e tornar a Prefeitura mais produtiva são tarefas vitais da Administração Popular na reconstituição da nossa Porto Alegre.

* REALIZAÇÃO EFETIVA:

- Implementar operação cobrança, com agilização da cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa. [SMF]
- Implementar programas para aumentar a arrecadação de impostos e captação de outras receitas. [SMF]
- Elaboração de propostas de alteração da atual legislação tributária (principalmente IPTU e ISSQN). [SMF]
- Desenvolvimento de um sistema gerencial de acompanhamento, controle e avaliação do fluxo financeiro da Prefeitura Municipal, com publicação mensal de balancete para acompanhamento da Câmara Municipal e pela população. [SMF]
- Início dos trabalhos da Comissão de Elaboração do novo Plano de Carreira do Funcionalismo, que também abrirá esse debate para a comunidade.
- Início da implantação da política geral de recursos humanos da Prefeitura, elaborada no primeiro semestre. [SMA]
- Adoção das primeiras medidas relativas à reestruturação administrativa, incluindo-se o Projeto de Descentralização. [SMA]
- Normatização do manuseio, transporte e armazenamento de produtos perigosos no município. [SMAM]
- Fortalecer os veículos de comunicação da Prefeitura para informação e prestação de contas diretamente à população.

II. VALORIZAÇÃO DA VIDA - A VIDA É O QUE IMPORTA

O desenvolvimento da cidade é marcado por uma imensa soma de interesses. Até hoje, predominou a tendência dos interesses particulares se sobreporem aos interesses coletivos. Isso se manifesta tanto no grande empresário que viola os limites legais na construção de um grande edifício até o despachante que estaciona um carro velho na calçada e transforma o espaço público na sede de um improvisado escritório. Nos dois lados, prevalece a lógica do "Vale Tudo", do "cada um por si" e do interesses particular se sobrepondo ao coletivo.

Superar a desordem e as agressões ao meio ambiente, que tornam a cidade hostil à vida é uma meta da Administração Popular. Mas a cidade é hostil à vida, também, num outro sentido.

No Brasil, o salário mínimo não garante as condições mínimas para subsistência de uma família. O sistema de saúde pública não garante uma assistência adequada. Em Porto Alegre, 150 mil pessoas - homens, mulheres e crianças - vivem em sub-habitações. Em nossa cidade, dezenas de milhares de pessoas não tem a quem recorrer, centenas perambulam pelas ruas e necessitam de atendimento de emergência. A Administração Popular não pode resignar-se ao convívio passivo com um problema dessa gravidade. A Administração Popular tem que colocar-se na rua para prestar atendimento de emergência e mobilizar a solidariedade da população.

9. ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

É inadmissível que, nas ruas de Porto Alegre, embaixo dos viadutos, nas praças e terrenos baldios haja milhares de pessoas vivendo em condições absolutamente desumanas. Essas pessoas devem ser tratadas em regime de emergência, com os recursos que normalmente se utiliza para socorrer desabrigados em catástrofes. Também é inadmissível a resposta que hoje é dada pelos órgãos estaduais e federais de saúde e assistência a centenas de milhares de pessoas, inclusive crianças, nas vilas e bairros periféricos, principalmente as que vivem em sub-habitações. Esse gigantesco problema, que angustia uma administração que quer fazer de Porto Alegre uma cidade mais humana deve comover e mobilizar a todos. É preciso dar um sentido radical à valorização e o respeito à vida humana para que o nosso Porto possa ser verdadeiramente Alegre.

* REALIZAÇÃO EFETIVA:

- Implantação de Sistema de Assistência Emergencial à Saúde, com a colocação de 20 ambulâncias nos principais bairros e vilas, com equipe para deslocar necessitados de assistência de emergência para os hospitais da cidade.
- Implantação de Serviço de Assistência a Indigentes e Desassistidos em geral, com recolhimento das ruas e abrigo e alimentação de emergência,

triagem de problemas de saúde e início de processo de recuperação social com preparação para o trabalho.

- Atendimento materno infantil de massa, com ênfase na multiplicação da capacidade de atendimento em creches, atendimento pediátrico e odontológico.
- Buscar apoio para a implementação do plano de recuperação do HPS.

10. PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O desenvolvimento desordenado da cidade Porto Alegre, com interesses particulares se sobrepondo aos interesses coletivos, foi profundamente agressivo ao meio-ambiente. É preciso não apenas cicatrizar as feridas abertas na cidade, mas percorrer um novo caminho, reintegrando a população e o meio-ambiente. É preciso fazer com que Porto Alegre seja, cada vez menos, hostil à vida.

* REALIZAÇÃO EFETIVA:

- Iniciar implantação de um grande parque na Zona Norte.
- Intensificar o controle sobre os agentes de poluição.
- Iniciar o projeto para estimular o plantio de "uma árvore por cidadão em Porto Alegre" (mais de um milhão e trezentas mil novas árvores até o fim do governo).

* PREPARAÇÃO DA REALIZAÇÃO:

- Desenvolvimento de planos e busca de recursos para o projeto "Guaíba Vive", tomando como uma das metas a balneabilidade de uma ou mais praias no período de um ano (após o início da implementação do Projeto).

* AFIRMAÇÃO DA VONTADE POLÍTICA

- Devolução, à Cidade, do acesso ao rio Guaíba, através da abertura de trecho no muro da Mauá e construção de elevadora para o Trensurb (a exemplo do que ocorre na Farrapos).

PLANO SEMESTRAL/MINUTA - APRESENTAÇÃO

Esta proposta de exposição do Plano Semestral procura hierarquizar um conceito estratégico de administração e os diversos planos táticos que serão implementados no segundo semestre de 1989. A proposta considera, entretanto, que este conceito ainda não existe, e está a exigir um grande esforço teórico e político. O conceito perseguido, na verdade, não é algo fechado, que se possa algum dia dar por concluído. É mais um entendimento do papel estratégico que a Administração Popular deve cumprir, numa conjuntura que é extremamente instável.

O inventário de realizações, aqui apresentado, tem mais uma limitação: fica a meio caminho entre um documento público para divulgar as iniciativas da Administração Popular e um documento interno que oriente os esforços políticos e operacionais. Os dois documentos devem ser produzidos, e esta proposta pretende constituir uma base de acúmulo para sua produção. Portanto, é necessário desenvolvermos, tanto para uso interno como externo - com formas diferenciadas - uma referência que dê conta da amplitude das ações da Administração Popular e outra que destaque as realizações que terão caráter prioritário.

O núcleo do Plano Semestral consiste nos 7 pontos, já amplamente discutidos. A estes, devem ser agregadas outras realizações, que enriqueçam as possibilidades de repercussão e de incidência sobre a cidade. Também é necessário destacar a necessidade de adotarmos formas especiais para desenvolver as realizações, de modo a que estas realizações "falem" adequadamente sobre o Projeto da Administração Popular, no que este se diferencia do projeto de outros governos simplesmente "honestos". O elenco aqui reunido - de realizações que estão em andamento e outras idéias ainda sem discussão final - pode fornecer alternativas.

Nos próximos meses, a Administração será arrastada para o palco de um intensa disputa política. Sem demagogia, e de forma coerente com a postura séria e austera que adotou desde o primeiro dia de governo, a Administração Popular deve armar-se, agora, de respostas e iniciativas. O Plano Semestral deve apresentar estas respostas e programar as iniciativas. Só uma ação coordenada das Secretarias e órgãos, entretanto, pode produzir resultados satisfatórios. Do mesmo modo, só uma ação coordenada da Administração com os partidos, o movimento popular e sindical e os diversos setores da sociedade civil, podem levar o plano ao sucesso.

A produção dos documentos - interno e externo - que vão referenciar as ações de governo, neste segundo semestre, adquire especial significação, pois estes serão os instrumentos que vão coesionar a equipe e mediar a relação da Administração Popular com o funcionalismo, os partidos, o movimento social e os setores da sociedade civil.

A COMISSÃO, Porto Alegre, 7/7/89.

PLANO SEMESTRAL/MINUTA

A SITUAÇÃO ENCONTRADA

A Frente Popular foi vitoriosa nas eleições de 15 de novembro último, comprometendo-se com a população a mudar a cidade. E empenhou-se no cumprimento desta promessa, desde o primeiro dia. Desde logo, verificou-se que essas mudanças eram obra para um governo todo. Sem perder o ânimo, lentamente, algumas mudanças começaram a ser implementadas e começaram a ser reunidos os meios e as condições para levar adiante mudanças ainda maiores. Administrar com absoluta austeridade e seriedade, foram um começo decisivo. Hoje, não existem funcionários fantasmas, não existem mordomias, não existe qualquer uso pessoal ou partidário da máquina administrativa, apesar de atravessarmos um período eleitoral. Mas apenas "ser sério" não basta. É necessário dar qualidade e tornar produtivo o serviço público. É necessário ter recursos. Vale a pena, por isso, lembrar algumas das dificuldades encontradas.

A Administração Popular recebeu a Prefeitura em péssimo estado. Os funcionários haviam sofrido um dos maiores arrochos salariais da história. A maioria dos serviços prestados à população estava quase parada. O parque de caminhões e máquinas pesadas estava com 70% dos veículos estragados. Não havia estoque de materiais para manutenção da infra-estrutura urbana como, por exemplo, lâmpadas e tampas de bueiros. A prática corrente era a contratação de serviços de terceiros - a altos preços - para realizar serviços que a própria Prefeitura poderia executar. Carros oficiais eram utilizados em uso pessoal. Os serviços de fiscalização estavam desorganizados e a Secretaria Municipal dos Transportes (SMT), só para citar um exemplo, não tinha sequer as planilhas com os horários dos ônibus.

Enfim, a Administração Popular encontrou terra arrasada pelo governo anterior que, como poucos, usou politicamente a máquina administrativa e negligenciou os interesses da população.

O esforço inicial da Administração Popular foi no sentido de reorganizar administrativamente, recuperar a capacidade de prestar serviços à população e reerguer a dignidade e a respeitabilidade do governo. As dificuldades se agravaram com o novo plano de carreira do funcionalismo que o governo anterior enviou à Câmara no final de dezembro. Esse plano, respondia aos justos anseios do funcionalismo municipal, que havia sofrido um violento arrocho salarial. Mas deixava a Prefeitura numa situação difícil. Enquanto durante todo o governo passado a média anual de despesa com a folha foi de 62% do total da receita, de janeiro a abril de 1989, os gastos com pessoal ficaram na média de 98%. E até o final do ano a situação pode se agravar com os reajustes que, por lei, são bimestrais. O governo anterior, que desprezou e

desrespeitou o funcionalismo, assim deixou uma bomba de efeito retardado, com a finalidade de prejudicar a Administração Popular.

OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS

A deterioração do serviço público no Brasil, entretanto, tem raízes na política econômica adotada principalmente após o golpe de 1964. Os serviços públicos e as empresas estatais firmaram-se como sustentáculo para a ampliação do setor privado, fornecendo matérias-primas, insumos em geral e tecnologias e também constituindo-se no seu principal comprador interno.

Os serviços públicos foram orientados para fomentar e sustentar o crescimento dos grupos econômicos nacionais e internacionais, deixando em segundo plano as necessidades básicas da maioria da população. A administração das prefeituras municipais reflete este contexto.

O modelo de desenvolvimento capitalista, intensificado a partir de 1964, gerou uma lógica de desenvolvimento urbano que asfixiou os municípios, acelerando a concentração da população nas cidades e, simultaneamente, restringindo recursos.

Por um lado, o acelerado processo de industrialização se somou a uma política agrícola voltada, em grande parte, para o mercado externo, baseado-se na monocultura e promovendo uma intensa concentração fundiária. A industrialização combinada com o êxodo rural promoveu intenso e caótico crescimento populacional nos centros urbanos, determinando ao poder público e, de forma especial, às Prefeituras, uma demanda cada vez mais elevada de serviços públicos como transporte, vias públicas, saneamento básico, saúde, educação e outros.

Por outro lado, a concentração do poder político, principalmente a partir dos governos militares, acentuaram o recolhimento e a centralização de Tributos na esfera federal, reduzindo drasticamente a capacidade dos estados e especialmente dos municípios.

O resultado é consequência direta dessa política: cidades com grande parcela da população marginalizada, prefeituras municipais carentes de recursos e incapaz de prestar os serviços exigidos pela população. O crescimento desordenado das cidades agrediu o ambiente natural, proliferou a insegurança e a violência. E a especulação fundiária e imobiliária, encontraram um terreno fértil na atuação do poder público municipal.

A nova Constituição, hoje em vias de regulamentação, foi incapaz de resolver estas contradições. Ao contrário, a municipalização dos serviços de saúde, habitação e ensino, sem a correspondente redistribuição das verbas, tenderá a agravar este quadro.

No orçamento dos municípios predomina um desequilíbrio entre receita e a despesa, com o predomínio de uma tendência de queda da arrecadação fiscal, cujo efeito se agrava com uma inflação elevada. O sistema tributário é distorcido e os maiores detentores de rendas, proporcionalmente, acabam pagando menos impostos do que no passado o que, por si só, consiste em mais um fator de agravamento da concentração da renda.

O INÍCIO DAS MUDANÇAS

Mesmo com as dificuldades conjunturais e estruturais encontradas, os compromissos com a população levaram a que a Administração Popular enfrentasse os problemas com firmeza. Um deles, sem dúvida, foi a crise dos transportes. Com a população coagida pelos empresários de ônibus, que ameaçavam parar no dia 16 de fevereiro, caso não houvesse imediato aumento das passagens, a Prefeitura decretou intervenção em três empresas de ônibus (Sopal, Trevo e Sudeste) que foi depois estendida a outras três (Viação Teresópolis Cavalhada, Nortran e São João).

A intervenção provocou fortes reações, com uma onda de sabotagens, quebra de ônibus e boicotes de toda espécie. A população sofreu muito com a reação violenta das empresas. Mas, lentamente, a Prefeitura começa a colocá-las em ordem. Hoje, muitas linhas já tem um serviço bem melhor do que antes. E embora a totalidade das mudanças só seja sentida ao longo de mais alguns meses, o principal objetivo das intervenções foi atingido: mesmo precariamente, foi garantido o serviço, os empresários de ônibus pararam de mandar na cidade, e começou-se a recolher as informações reais necessárias ao cálculo de uma tarifa justa. Também descobriu-se que o dinheiro das passagens, que deveria ser aplicado na renovação da frota e na melhoria dos serviços, estava sendo desviado para interesses particulares. Com essas informações, a Prefeitura vai garantir uma tarifa justa e obrigar as empresas a renovar a frota e prestar um serviço de melhor qualidade, como a população exige.

AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

Outra decisão importante foi a implantação do segundo turno nas escolas públicas municipais. Uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal da Educação (SMED) demonstrou que havia pelo menos 40 mil crianças sem escola e sem atendimento do estado ou do município. O período da tarde dos CIEMs passou a ser utilizado para um aumento do número de vagas que subiram de 18 mil para 30 mil crianças que passaram a ser atendidas pelo sistema municipal de ensino. Sem prejudicar a alimentação das crianças que frequentavam o período da tarde, conseguiu-se ampliar em 66% o número de crianças atendidas. E começou-se a desmanchar um mito: as crianças que passavam o dia inteiro na escola tinham um índice de reprovação maior do que as crianças que passavam só um turno. Na Escola Dolores Alcaraz Caldas, que

é de um turno - citando como exemplo duas escolas da Restinga - registrou-se 82% de aprovação, em 1988. No mesmo ano, na Escola Municipal Zarry José Ribeiro Alves, que é de turno integral, registrou-se apenas 57% de aprovação. Foi iniciada uma revolução no ensino municipal, acabando-se a demagogia e dando consequência a uma preocupação que se volta não só para a quantidade das crianças atendidas mas, principalmente, para a qualidade do ensino.

A INVERSAO DE PRIORIDADES

A Administração Popular, desse modo, começou a inverter prioridades e mudar a lógica de atuação da Prefeitura. Nos primeiros seis meses, teve pouco a exibir nas ruas, a não ser o esforço para manter a infra-estrutura. O grande resultado foi nos bastidores, foi um grande esforço de reorganização e recuperação da capacidade de prestar serviços.

As imensas dificuldades financeiras continuarão durante todo o ano. Mais já foi possível juntar um saldo de caixa e retomar com mais intensidade alguns serviços. Três milhões de cruzados estão destinados para serem aplicados nesses serviços de emergência. Mas, além disso, já é possível começar a mostrar que a Administração Popular vai mesmo transformar Porto Alegre, num porto que seja alegre para todos.

O Plano Semestral, que aqui é apresentado, mostra alguns destaques do quê e do porquê a Administração Popular vai fazer ainda este ano. É apenas o começo de uma grande mudança da cidade. Uma mudança que começa a surgir da seriedade e do compromisso da Administração Popular, reafirmado nas centenas de reuniões que as secretarias e órgãos realizaram com a população de todos os setores nos primeiros meses. A coragem de mudar se alia à vontade da população. Por isso, nada deterá essas mudanças.